

O PLANO CRUZADO NA PERSPECTIVA DE SEUS FORMULADORES: PÉRSIO ARIDA E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Davi Lemos Reis¹
Fernanda Teixeira Franco Ribeiro Correio²
Fabiane Fidelis Querino³
Cristiane Esper Barbosa⁴
Rafaela da Silva Gomes⁵

RESUMO: Na década de 1980, o Brasil passou por um processo inflacionário inédito em sua história. A fim de sanar o problema da inflação, o governo do então presidente José Sarney adotou, em 1986, o plano Cruzado, cuja principal estratégia era neutralizar a inflação por meio do congelamento de preços. O plano foi formulado por importantes economistas brasileiros que participavam de seu governo, como Dílson Funaro, João Sayad, André Lara Resende, Luiz Gonzaga Belluzzo e Pêrsio Arida. O presente trabalho aborda a avaliação da experiência do Plano Cruzado feita por dois de seus principais formuladores, Pêrsio Arida e Luiz Gonzaga Belluzzo, a partir de entrevistas concedidas após a tentativa frustrada de controlar a inflação brasileira. Foi possível vislumbrar que a implementação malograda do Plano Cruzado deveu-se, na visão destes economistas, no congelamento dos preços.

Palavras-chave: Inflação, política econômica, Plano Cruzado.

ABSTRACT: In the decade of 1980, Brazil went through an inflationary process that never happened in its history. Seeking to solve this inflationary problem, the government of the late president Sarney adopted, in 1986, the Plano Cruzado, which main strategy was to neutralize inflation by means of price freeze. The plan was formulated by renowned Brazilian economists that took role in his government, ones as Dílson Funaro, João Sayad, André Lara Resende, Luiz Gonzaga Belluzzo and Pêrsio Arida. This present paper address the evaluation of Plano Cruzado in the comment of its two most important proposers, Pêrsio Arida and Luiz Gonzaga Belluzzo, based on interviews conceded after the frustrated try of control Brazil's inflation. It was possible to assume, in the vision of both economists, that the fail implementation of Plano Cruzado was caused by the price freeze.

Keywords: Inflation; Economic politics; Plano Cruzado.

Data da submissão: 02-04-2019

Data do aceite: 08-07-2020

1. INTRODUÇÃO

O crescimento vivido na década de 1970 em diferentes países latino-americanos não se repetiu na década seguinte, principalmente, em sua segunda metade. O Brasil também experimentou uma mudança na dinâmica de sua economia, em função, primeiro, de problemas com endividamento externo e, posteriormente, com a brusca aceleração da inflação, como apresentado no gráfico abaixo.

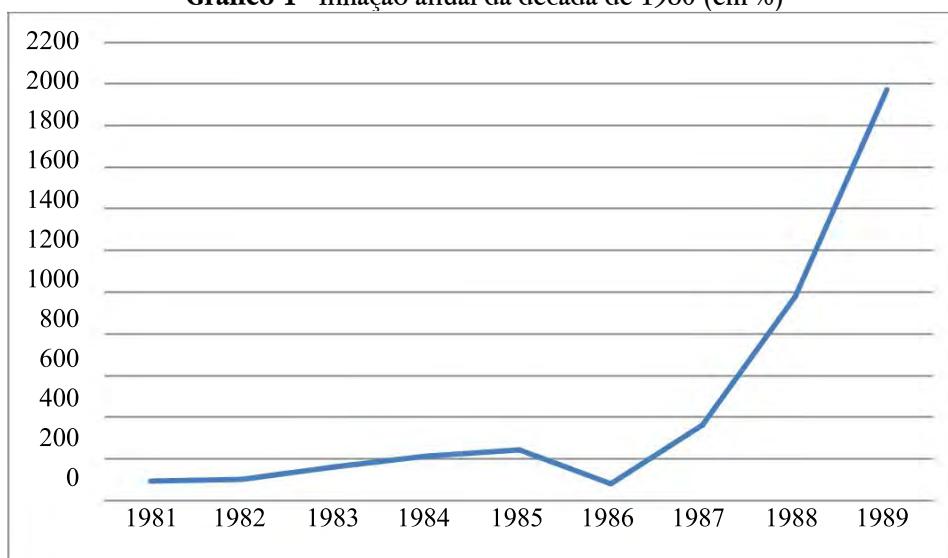
¹ Mestre em Linguística pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Doutorando em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - USP, FEAC/USP.

² Doutoranda em Administração na Universidade Federal de Lavras.

³ Mestranda em Administração na Universidade Federal de Lavras.

⁴ Bacharelado multidisciplinar em Ciência e Economia, Universidade Federal de Alfenas.

⁵ Bacharelado multidisciplinar em Ciência e Economia, Universidade Federal de Alfenas.

Gráfico 1 - Inflação anual da década de 1980 (em %)

Fonte: Adaptado de Global Rates. (2018)

O conceito básico de inflação corresponde a um aumento generalizado dos preços e significa perda de poder de compra da moeda nacional, atingindo o conjunto da população do país. Os mais prejudicados são os assalariados e pobres que não tem condição de se defender da corrosão do poder de compra causado pela inflação por meio de aplicações bancárias que garantem pelo menos a correção monetária ⁶.

Era o que vinha ocorrendo no Brasil. Enquanto as classes de renda mais alta se protegiam da inflação por meio dos bancos e, inclusive, ganhavam com isso, as classes de renda mais baixa sofriam com a perda de seu poder aquisitivo (BAER, 2009).

Diante desse cenário de instabilidade econômica e alta da inflação, em 28 de fevereiro de 1986, o presidente José Sarney lançou o Plano Cruzado. O objetivo principal desse plano era derrubar a inflação por meio do congelamento de preços e da posterior desindexação da economia⁷. Esse plano mexeu em todo cotidiano dos brasileiros, alterando moeda, preços, salários e dívidas. Por isso, como era de se esperar, o plano econômico teve enorme repercussão na imprensa de todo país.

De acordo com Baer (2009), seu componente principal era o congelamento dos preços. O plano foi desenvolvido, principalmente, pelos economistas: Pêrsio Arida e André Lara Resende. O primeiro era assessor do então titular da secretaria de Planejamento, João Sayad; o segundo, um dos diretores do Banco Central. Mas não só, Participaram também de sua formulação economistas da Unicamp, como Luiz Gonzaga Belluzzo, que ocupava a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. O presente trabalho aborda a avaliação da experiência do Plano Cruzado feita por dois de seus formuladores, Pêrsio Arida e Luiz Gonzaga Belluzzo, a partir de entrevistas concedidas após a tentativa frustrada de controlar a inflação brasileira.

O objetivo principal é olhar sob a ótica dos próprios formuladores do Plano Cruzado suas principais virtudes e seus maiores vícios, bem como observar como estes dois economistas enxergam o momento histórico uma vez que este tenha se consumado.

Outro objetivo é analisar como as influências das opiniões destes economistas impactaram os eventos ocorridos naquela época, e como tal se relaciona com o que efetivamente veio a ocorrer.

Este trabalho se justifica na medida que compreende que a atuação dos economistas foram fundamentais para entender muitos dos fatos que aconteceram durante a formulação e implementação do Plano Cruzado, uma vez que

⁶ A correção monetária se refere aos reajustes feitos nas aplicações financeiras para evitar a perda do poder de compra da moeda causada pelo processo inflacionário.

⁷ Desindexação econômica se refere a deixar de reajustar preços em função da expectativa de inflação.

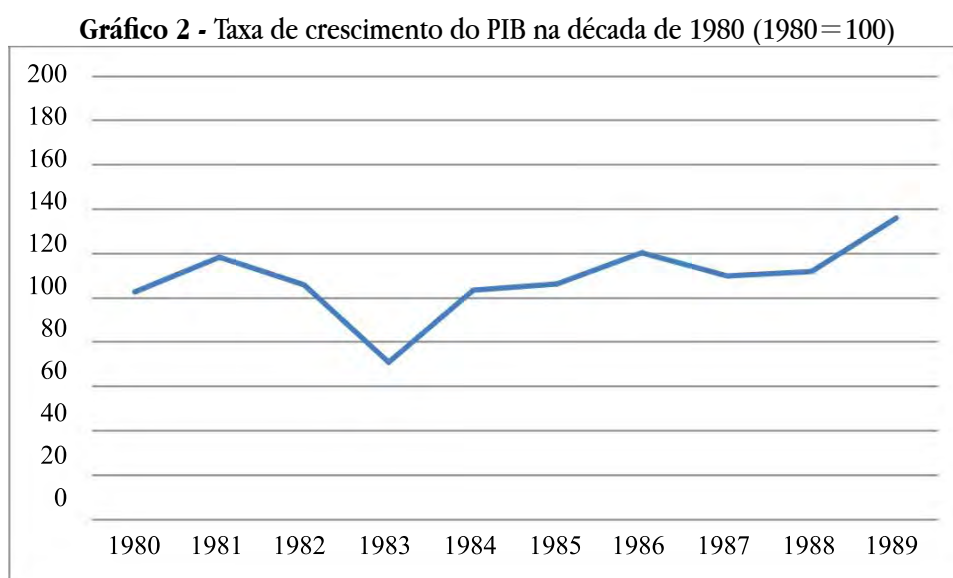
este não colheu frutos muito exitosos como se pretendia, sendo sucedido por outras tentativas que culminaram com a implementação do Plano Real.

Na primeira parte do trabalho estão elucidados os fatos que culminaram na elaboração e implantação do Plano Cruzado em meados da década de 1980 e suas características. Na segunda parte, analisam-se as ideias de Persio Arida e Luiz Gonzaga Belluzzo que contribuíram para o plano ser implantado em fevereiro de 1986, bem como as avaliações sobre seu fracasso.

Nas análises destacam-se as ideias de Persio Arida e Luiz Gonzaga Belluzzo, pois, ambos são formuladores de grande destaque, mas discordavam em questões que foram cruciais ao plano.

1. A ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DE 1985 E SUA INFLAÇÃO

Até os anos de 1980, o Brasil tinha taxas de crescimento elevadas e que se mantinham estáveis, contudo, com a aceleração da inflação no período, a economia estagnou-se havendo um declínio na taxa de crescimento do PIB, que só foi se elevar no final da década de 1980, como mostra o gráfico 2.



Fonte: Adaptado IBGE, (2018)

As causas desse processo inflacionário, indicado na tabela 1, são consideradas amplas e complexas. Com um regime autoritário, que tomou o poder em 1964, a taxa anual de inflação passou de aproximadamente 100% para cerca de 26% em 1973. Contudo, a partir de 1973, a queda da inflação foi revertida. Depois de baixar em 1978 para menos de 40%, a taxa anual de inflação aumentou para 55% e 90% em 1979 e 1980, respectivamente, chegando a quase 300% em fevereiro de 1986 (BAER, 2009).

De acordo com Baer (2009), o ressurgimento da inflação brasileira estava diretamente ligado a uma série de choques externos e internos, como os ocorridos com o petróleo em 1973 e 1979, a altas taxas de juros mundiais na década de 1980 e fenômenos naturais ligados à agricultura, como grandes geadas e secas.

Em 1982 o Brasil recorreu ao FMI, pedindo socorro para lidar com os problemas pelos quais estava passando como os altos níveis de desemprego e a aceleração da inflação. No contexto da crise da dívida externa, o país enfrentava o fechamento das linhas de crédito, que poderiam ter sido amortecidos com empréstimos.

De acordo com Pires (2010), a situação cambial brasileira “beirava a insolvência”, ressaltando ainda que o país teria que honrar aproximadamente com U\$ 20 bilhões entre amortizações e juros ante um superávit comercial de apenas U\$ 780 milhões (BAER, 2009).

A crise no balanço de pagamentos, iniciada em 1980, revelou-se de forma mais intensa e ampla do que se supunha na época. Apresentaram-se, de fato, as falhas do modelo de crescimento que se baseava no endividamento externo e levou a economia brasileira a entrar num ciclo marcado por grandes oscilações, como apontado no gráfico 2.

Essas oscilações do PIB foram tão cruciais que o período entre 1981 e 1990 ficou conhecido como década perdida. Em boa medida, a crise foi provocada pela dificuldade econômica do país em se adaptar às novas exigências da economia mundial, quando houve um avanço político-ideológico do neoliberalismo, rápida inovação tecnológica e crescente papel do setor financeiro (BAER, 2009).

Combinada com a estagnação da economia, a inflação acelerou nos anos 80 e início dos anos 90, quando bateu índices de 80% ao mês, ou seja, os preços dos produtos chegavam a quase dobrar de um mês para o outro. Segundo Baer (2009), as causas dessa inflação estão relacionadas ao grande aumento nos gastos públicos durante o governo militar e à elevação do endividamento externo, que foram agravados pela crise mundial derivada do aumento dos preços do petróleo.

A intensa recessão vivida pelo país entre 1981 e 1984, ocasionada pelas políticas de ajustes aprovadas para confrontar a crise da dívida externa, não geraram impactos sobre a taxa de inflação, apesar de reverter extraordinariamente a posição do balanço de pagamento do país. Ela gerou elevados superávits comerciais, causados principalmente por uma queda nas importações, que se reduziram de quase U\$ 23 bilhões em 1980 para U\$ 15 bilhões em 1983 e U\$ 13 bilhões em 1985 (BAER, 2009).

A inflação continuava a ameaçar uma economia de indexação financeira abrangente, taxa cambial regulada pelas minidesvalorizações e indexação salarial resultante de uma militância trabalhista que ressurgia no final da ditadura fortaleceu a “instabilidade” da inflação (BAER, 2009). Além disso, em 1985, uma seca provocou uma disparada dos preços dos produtos agrícolas. No início do ano seguinte, a taxa de inflação subia a níveis sem precedentes.

A partir de então, os assessores do presidente José Sarney, eleito indiretamente em 1985, argumentando que essa inflação não seria controlada apenas por meio de programas de estabilização tradicionais ortodoxos, convenceram-no a tentar um “choque-heterodoxo” e lançaram o Plano Cruzado.

2. O PLANO CRUZADO

Em 28 de fevereiro de 1986, o presidente Sarney anunciou o Decreto-lei 2.283 (BRASIL, 1986), cujo foco principal era derrubar a inflação com um golpe violento. Esse Decreto-lei⁸ impôs, como principais medidas: congelamento geral de preços finais dos produtos, congelamento dos salários reais com base na média dos seis meses anteriores mais 8%, e 15% para os salários mínimos, usando a mesma fórmula para aluguéis e hipotecas, sem o aumento de 8% e a criação de uma nova moeda, o cruzado, que substituiu o novo cruzeiro (Cz\$1 sendo igual a Cr \$ 1.000,00).

Os resultados do Plano Cruzado foram positivos no curto prazo, tanto do ponto de vista econômico quanto político. A taxa mensal da inflação, medida pelo Índice Geral de Preços, caiu de 215,264% ao ano em 1985 para 79,66% ao ano em meados 1986, elevando-se novamente no início de 1987. A produção industrial foi 8,6% maior no primeiro trimestre do que no período correspondente em 1985 e 10,6% e 11,7% maior no segundo e terceiros trimestres, respectivamente. A produção de bens de consumo duráveis cresceu a taxas muito elevadas: as taxas de crescimento anualizadas ultrapassaram 30% nos meses de maio e agosto (BAER, 2009).

Pelo menos nos primeiros meses que se seguiram ao Plano Cruzado, as contas externas permaneceram fortes,

⁸ Decreto lei é um decreto com força de lei emanado do poder executivo, quando este acumula anormalmente as funções do legislativo.

com superávits comerciais de mercadorias na ordem de U\$\$ 1 bilhão ao mês. Superficialmente, parecia que o Brasil havia encontrado uma maneira de administrar as contas externas, o crescimento econômico com aumento dos salários reais e uma inflação sob controle.

O problema é que tudo isso ocorreu num ambiente em que os preços estavam congelados. O objetivo do congelamento de preços e salários nesse plano era, obviamente, deter a inflação num curtíssimo prazo, o que levou a uma política de renda (aumento de salário real) que favorecia a mão de obra (embora a opinião pública brasileira não percebesse esse fato). A natureza drástica do Plano Cruzado, vindo após uma inflação que parecia cada vez mais difícil de controlar, fez com que a população se reunisse ao redor do presidente, com milhões de cidadãos servindo voluntariamente como “fiscais de preços do Sarney” para informar casos de desobediência ao congelamento. (BAER, 2009)

O grande problema de se fazer um plano com congelamento de preços, e o que de fato ocorreu como uma grande falha, era descongelar os preços. Enquanto os preços permaneceram fixos, a inflação permanecia baixa. No entanto, a pressão para o descongelamento dos preços era cada vez maior, pois o mercado pagaria preços mais altos ou mais baixos pelos produtos com preços congelados. O desalinhamento dos preços é um dos principais problemas do congelamento. Houve também o problema da escassez de produtos. Muitas empresas, avaliando que poderiam vender seus produtos a preços mais elevados sem o congelamento, simplesmente pararam de fornecê-los para o consumidor. Esse contexto fez surgir no Brasil um mercado negro para uma série de produtos.

Depois do descongelamento de preços, a inflação voltou a níveis ainda mais altos do que antes do plano marcando o fracasso dessa tentativa de estabilização da economia brasileira na década de 1980. Vejamos o que disseram dois dos principais formuladores do Plano Cruzado em entrevistas para o livro “Por que não deu certo?” sobre essa experiência.

3. OS FORMULADORES DO PLANO CRUZADO

O primeiro elemento das características gerais do grupo de formuladores era que todos eram economistas e seus encontros tinham um objetivo em comum – a elaboração de um plano econômico que colocasse um fim na inflação vivida à época. Dentre os principais formuladores do plano, destacaremos de um lado, Persio Arida, formado em economia pela Universidade de São Paulo e que, se aliou mais tarde, aos estudiosos da PUC Rio onde, defendia uma visão mais ortodoxa na economia. Também foi assessor escolhido por João Sayad quando o Presidente Sarney pediu para o ministro que enviasse alguém a Israel para estudar o pacote de combate à inflação do país.

Do outro lado temos Luiz Gonzaga Belluzzo, formado em direito também pela Universidade de São Paulo, seguindo carreira como professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com ideias mais heterodoxas. Entre os anos de 1974 e 1992, foi assessor econômico do PMDB e secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985-1987). (SOLNIK, 1987)

Embora, todos tivessem esse objetivo em comum, ocorreram divergências em grande parte do percurso da elaboração e execução do Plano. Arida era totalmente contra a combinação de ataque à inflação e distribuição de renda no momento inicial. Ele defendia a ideia de que, se temos uma queda na inflação, consequentemente vai haver uma melhor distribuição da renda. Já Belluzzo acreditava que, se há queda na inflação, o que se deve fazer em primeiro lugar é uma melhor distribuição da renda à população. Essa divergência entre eles foi uma das principais e mais cruciais do plano.

Nas palavras de Arida:

(...) Por que fui contra? Porque eu achei que um programa de estabilização não podia ter caráter distributivo. Por que eles foram a favor? Porque eles acharam que um programa de estabilização só pode ter sucesso se ancorado numa melhor distribuição de renda. (...) A inflação é um conflito distributivo, mas que eu posso reproduzir menos status quo distributivo com a inflação baixa e que, se tentar misturar as duas coisas, não distribuo renda, não mudo, nem combato a inflação (ARIDA in SOLNIK, 1987, p.71).

Arida acredita ter uma visão correta das coisas no sentido de que as concepções envolvidas são muito definidas em termos de como funciona a sociedade brasileira, de como funciona nossa economia e de como deve ser feito assim por diante, porém, devido ao colapso do cruzeiro, acreditava-o que, houve um processo de aprendizado falho, não só dos próprios formuladores, mas da sociedade como um todo. E queria tentar explicar sua posição à equipe de formuladores:

(...) Eu sempre tive um status um pouco curioso: de um lado, junto com André, como verdadeiro pai da criança; de outro lado, era considerado ultraconservador, mesmo por aqueles que depois aplicaram o plano. Eu queria explicar um pouco a natureza das minhas posições (ARIDA in SOLNIK, 1987, p.123).

Para a execução de fato do plano, que Arida defendia como uma reforma monetária, era preciso tomar algumas medidas básicas como a reorganização e redução da equipe do governo. Era extremamente necessário aumentar as taxas de juros e cortar os gastos públicos, assim como foi proposto pelo Banco Central, e, conseqüentemente, desenvolver a teoria de inflação inercial.

(...)O Planejamento poderia dizer o seguinte: que aumentar impostos indiretos é uma loucura porque sinalizaria aumento de preços e explodiria o congelamento (o que aconteceu); que aumentar a taxa de juros seria necessário para evitar acumulação de estoques; que cortar gastos é ruim porque os gastos são de investimento. (...) O Banco Central queria aumentar a taxa de juros para evitar a formação especulativa de estoques. Claro que a minha posição é a do Banco Central (ARIDA in SOLNIK, 1987, p.75).

Já Belluzzo discordava, pois acreditava que um programa de estabilização só poderia dar certo se ancorado numa melhor distribuição de renda. Essa opinião vinha junto com a de seus aliados no governo, em sua maioria, economistas da Unicamp e políticos do PMDB. É o que revela o próprio Arida:

(...) Quando a sociedade critica hoje o pessoal da Unicamp, e diz que eles são tolos, que não sabem de nada, etc., ignoram que a posição deles é a posição do partido (PMDB), e que é o partido que ganha as eleições. Que, portanto, quando eles defendiam aquelas opiniões vigentes na sociedade, a saber, que todo combate anti-inflacionário passa por uma melhor distribuição de renda do produto nacional (ARIDA in SOLNIK, 1987 p.71).

Para Belluzzo, o Cruzado provocou um deslocamento, primeiro, na forma de posse da riqueza, transferindo-se dos ativos financeiros para os ativos reais, com o fato também, das pessoas sacarem seus dinheiros da poupança, devido a uma queda brusca da taxa nominal de juros. Com a situação em que o país se encontrava, o presidente Sarney convocou uma reunião em Carajás para discutir sobre os assuntos em relação à pressão de demanda que estava sendo vivida à época:

(...) A hipótese de Sayad - dele e de vários outros - é que havia uma bolha de demanda, que ia ser absorvida, não era uma coisa permanente. Tinha a discussão Bolha versus Aquecimento real da demanda, com mudança da função consumo. Isso foi o que nós dissemos - todos nós - ao pessoal do FMI, que houve de fato uma mudança na função consumo. E aí Carajás foi um fracasso do nosso ponto de vista - fracasso nosso - porque nós não conseguimos convencer o presidente, porque uma parte da equipe se omitiu (BELLUZZO in SOLNIK, 1987 p.96-97).

Seguindo o raciocínio da bolha de demanda causada pelo congelamento de preços, em que as pessoas passaram a comprar mais para estocar mercadorias pelo fato dos preços permanecerem constantes, a ideia de ambos convergia nesse aspecto. Eles acreditavam que o grande problema seria descongelar os preços, que na época ficou programado pra permanecerem no máximo três meses e o prazo acabou se estendendo por onze meses.

(...) Quando a gente acertou que ia ser um congelamento curtinho – de no máximo três meses, estourando -, achamos que um congelamento curto não faria um dano muito grande. O diabo é que os três meses viraram onze e aí deu no que deu (ARIDA in SOLNIK, 1987, p.90).

Belluzzo (1987) relata que a grande preocupação de todos que participaram do plano Cruzado era arrumar um esquema para o descongelamento dos preços e que, partindo desse problema, é que se deu o grande fracasso do plano.

A economia não estava preparada para um programa daquela dimensão, era necessário um planejamento rigoroso para o descongelamento. A partir disso, Sarney não queria que se iniciasse o descongelamento de preços antes de ocorrer uma séria mudança na função demanda. Belluzzo defendia que esse controle deveria ser feito através de medidas fiscais, em cima da renda das pessoas, porém Sarney negou essas mudanças na época:

(...) Acho que a coisa tinha ido pro brejo antes do Cruzado II. Pela excessiva duração do congelamento, pelos problemas cambiais que começaram a aparecer, isso tudo suscitou repetidamente uma pressão no sentido de desvalorizar o câmbio, porque a interpretação é que o câmbio estava defasado. Mas não era, o que havia era uma forte absorção, um estouro de demanda (...) (BELLUZZO in SOLNIK, 1987, p.101).

De fato, um dos grandes motivos que levaram o Plano Cruzado ao fracasso foi descongelar os preços numa fase em que a economia estava progredindo no sentido de que a inflação acabara de despencar de uma hora para outra e a população estava acreditando fielmente que aquele Plano era a solução para o problema vivido na época. Esse ambiente otimista favoreceria o PMDB nas eleições estaduais. Esse pode ter sido um dos motivos pelos quais o presidente José Sarney segurou o congelamento ao máximo, pois logo depois que os preços voltaram a ser livres, a inflação disparou novamente e, com isso, se deu o grande fracasso do Plano Cruzado I.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980, além de muitos outros eventos históricos de muita significância, foi marcado como um período de grandes oscilações da inflação, chegando a índices, até então, nunca alcançados. O Presidente Jose Sarney, a fim de controlar a inflação lança em fevereiro de 1986 o Plano Cruzado que, como principais medidas, congelou os preços de todas as mercadorias e mudou a moeda do país.

Observa-se que a tentativa de controle inflacionário com introdução do Plano, não obteve os resultados esperados, pois a inflação foi controlada até o período em que os preços permaneciam constantes, inicialmente previstos para no máximo três meses congelados e que acabaram permanecendo por quase onze, e depois que foram descongelados a inflação voltou a aumentar novamente.

O grande motivo da falha no congelamento foi a criação de uma certa bolha de demanda artificial que acabou resultando em altos índices de inflação, afetando todo o território nacional. As pessoas começaram a comprar os produtos, mesmo sem necessidades, como forma de investimento, pois ninguém sabia quando os preços seriam reajustados novamente.

O foco principal do trabalho foi analisar as divergências e convergências de ideias, do ponto de vista econômico e político, de dois dos formuladores do Plano Cruzado, sendo que seria impossível com os recursos disponíveis aos pesquisadores buscar um quadro mais amplo que incluísse maior número de participantes daquele importante momento histórico.

Pérsio Arida defendia uma visão mais ortodoxa na economia, foi contra o abono e gatilho salarial e a distribuição de renda num momento inicial, acreditando que era preciso preparar a economia em primeiro lugar, diminuindo os investimentos e aumentando as taxas de juros, e só depois, a implantação de fato do Plano.

Luiz Gonzaga Belluzzo já mantinha uma visão heterodoxa, em que o Estado deveria intervir na economia. Ele defendia que, com a implantação do Plano, conseqüentemente com uma inflação controlada, era preciso distribuir renda, beneficiar os trabalhadores, aumentando assim os investimentos.

Em relação ao descongelamento, ambos tinham da mesma opinião de que era preciso descongelar os preços o mais rápido possível, a fim de não terem grandes oscilações na inflação e conseguirem controlá-la. O Plano resultou no fracasso e, na avaliação de seus formadores, o congelamento feito durante o governo foi um dos grandes motivos. Nesta visão, o governo Sarney seguiu ao máximo os preços congelados, pois estava preocupado com sua imagem política.

Logo após seu fracasso foi lançado o Cruzado II, o qual também desfrutou de pouco sucesso, sendo que tal problema só seria sanado, de fato, com a implementação do Plano Real. Após tal implementação, a inflação finalmente ficou à níveis menos nocivos, proporcionando um momento de maior estabilidade econômica. (BAER, 2009).

No desenvolver deste trabalho, foi encontrado algumas limitações, e vislumbrado horizontes para o aprofundamento desta pesquisa. Sugere-se, em futuros trabalhos, que a visão de outros colaboradores na formação do Plano Cruzado seja também colhidas, uma vez que seria interessante observar um quadro mais generalista daquele momento histórico.

Porém, vale ressaltar, que o escopo da presente investigação não possibilitaria averiguar a visão de todos os economistas, autores e influenciadores daquele momento histórico, pelas limitações que um trabalho de tal magnitude obviamente demanda.

REFERÊNCIAS

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei n. 2.283, de 27 de fev. de 1986. Dispõe sobre a instituição da nova unidade do sistema monetário brasileiro, do Seguro-Desemprego e dá outras providências. Brasília, 1986.

GLOBAL RATES. **Números de inflação de 1986**. Disponível em <<https://pt.global-rates.com/estatisticas-economicas/inflacao/1986.aspx>>. Acesso em 10 de mar. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Série histórica do PIB**. 2017. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7531a821326941965f1483c85caca11f.xls>. Acesso em 10 de mar. de 2019.

SOLNIK, Alex. **Os pais do Cruzado contam por que não deu certo**. São Paulo: L&PM Editores, 1987.